



POLÍTICAS ESG - SOCIAL

Desenvolvimento Comunitário: Política ESG na Social

A VirtualTV tem o compromisso firme de integrar princípios de sustentabilidade em todas as suas operações, refletindo nossa responsabilidade social, ambiental e de governança. Em conformidade com nossa Política ESG, apresentamos a seguir um resumo das atividades e resultados da área de Social do último ano.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E RELACIONAMENTO COM O TERRITÓRIO

Do Assistencialismo à Geração de Valor Compartilhado na Estratégia ESG

SUMÁRIO EXECUTIVO

No ecossistema ESG (*Environmental, Social and Governance*), o "S" é frequentemente o pilar mais complexo e subjetivo. Dentro dele, o relacionamento com as comunidades do entorno das operações de uma empresa representa um ponto crítico de risco e oportunidade. O Desenvolvimento Comunitário deixou de ser sinônimo de filantropia esporádica para se tornar um imperativo de **Licença Social para Operar (LSO)**.

Este documento detalha como transformar a interação com o território em uma vantagem competitiva sustentável. Abordamos a transição do modelo de "doação" para o modelo de "investimento social privado estratégico", focando em diagnósticos territoriais, fomento à economia local, engajamento de stakeholders e mensuração de impacto real (SROI).

CAPÍTULO 1: A NOVA LÓGICA DO RELACIONAMENTO COMUNITÁRIO

1.1. O Conceito de Valor Compartilhado

Popularizado por Michael Porter e Mark Kramer, o conceito de Valor Compartilhado (*Shared Value*) é a espinha dorsal do ESG moderno. A premissa é que a competitividade de uma empresa e a saúde das comunidades ao seu redor são mutuamente dependentes.



POLÍTICAS ESG - SOCIAL

- **A mudança:** Deixar de ver a comunidade apenas como "beneficiária de caridade" e passar a vê-la como parceira na cadeia de valor, fonte de talentos e ecossistema de inovação.

1.2. A Licença Social para Operar (LSO)

A licença legal (alvarás, licenças ambientais) é concedida pelo governo. A Licença Social é concedida pela comunidade.

- **O Risco:** Sem a LSO, projetos sofrem atrasos, bloqueios físicos, sabotagens, processos judiciais e danos reputacionais massivos.
- **A Estratégia:** O desenvolvimento comunitário atua como um mecanismo de construção de confiança e capital social, reduzindo a volatilidade operacional.

1.3. Alinhamento com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

Projetos comunitários robustos devem estar ancorados na Agenda 2030 da ONU, especificamente:

- **ODS 1:** Erradicação da Pobreza.
- **ODS 4:** Educação de Qualidade.
- **ODS 8:** Trabalho Decente e Crescimento Econômico.
- **ODS 11:** Cidades e Comunidades Sustentáveis.

CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO E ESCUTA ATIVA

Antes de qualquer investimento financeiro, é necessário investimento em entendimento. O erro mais comum no ESG social é a empresa decidir o que a comunidade precisa sem consultá-la.

2.1. Mapeamento de Stakeholders e Matriz de Influência

Identificar quem são os atores locais: líderes comunitários, associações de moradores, poder público local, ONGs, grupos religiosos e, crucialmente, os grupos vulneráveis que muitas vezes não têm voz (mulheres, jovens, minorias étnicas).

2.2. Diagnóstico Socioterritorial

Estudo técnico (baseado em dados secundários do IBGE e primários via entrevistas) para entender:

- **Vocações Econômicas:** O que a região já produz? Qual o potencial turístico ou agrícola?
- **Déficits de Infraestrutura:** Saneamento, escolas, acesso à internet.



POLÍTICAS ESG - SOCIAL

- **Dinâmicas de Poder:** Conflitos existentes e histórico da relação com a empresa.

2.3. A Escuta Ativa e o Diálogo Permanente

Estabelecimento de canais bidirecionais. Não se trata de fazer palestras para a comunidade, mas de criar fóruns consultivos onde a comunidade participa da definição das prioridades de investimento social.

CAPÍTULO 3: EIXOS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

O desenvolvimento comunitário no ESG deve fugir de ações pontuais (ex: pintar uma escola) e focar em ações estruturantes.

3.1. Inclusão Produtiva e Empregabilidade Local

A melhor forma de desenvolvimento social é a renda.

- **Capacitação Técnica:** A empresa deve treinar a mão de obra local para que ela possa ser absorvida pela própria operação ou por seus fornecedores. Isso reduz custos de expatriação de funcionários e gera renda no território.
- **Empreendedorismo:** Apoio a pequenos negócios locais que não necessariamente vendem para a empresa, mas que dinamizam a economia da cidade (padarias, oficinas, comércio).

3.2. Desenvolvimento de Fornecedores Locais

Programa de encadeamento produtivo. Em vez de contratar serviços de limpeza, alimentação ou transporte de grandes conglomerados de fora, a empresa capacita e contrata fornecedores locais.

- **Benefício ESG:** Redução da pegada de carbono (logística menor) e injeção direta de recursos na economia local (efeito multiplicador).

3.3. Educação e Cultura

Investir na base.

- **Apoio à Gestão Pública:** Em vez de construir escolas privadas, apoiar a secretaria de educação local para melhorar a gestão das escolas públicas existentes.
- **Valorização Cultural:** Apoiar manifestações culturais locais fortalece a identidade e o orgulho do território, criando um vínculo emocional positivo com a marca.



POLÍTICAS ESG - SOCIAL

3.4. Infraestrutura Compartilhada

Projetos onde o investimento da empresa beneficia tanto a operação quanto a comunidade.

- **Exemplos:** Melhoria de estradas vicinais, expansão da rede de internet fibra óptica ou estações de tratamento de água que servem à fábrica e à vila vizinha.

CAPÍTULO 4: GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS

Para garantir que os recursos não sejam desviados ou utilizados para fins políticos (clientelismo), é necessária uma governança rígida.

4.1. Política de Investimento Social Privado (ISP)

Documento formal que define:

- O que a empresa apoia (focos estratégicos).
- O que a empresa **não** apoia (ex: pedidos pessoais, partidos políticos, atividades religiosas exclusivistas).
- Limites orçamentários e alçadas de aprovação.

4.2. Comitês Comunitários Consultivos

Criação de conselhos formados por representantes da empresa e líderes da comunidade para debater os projetos, acompanhar o andamento e validar as entregas. Isso garante transparência e corresponsabilidade.

4.3. Editais de Projetos

Substituir a "escolha a dedo" por editais públicos transparentes, onde ONGs e associações locais inscrevem projetos que são avaliados por critérios técnicos. Isso democratiza o acesso aos recursos.

CAPÍTULO 5: MENSURAÇÃO DE IMPACTO E REPORTING

O ESG exige dados. "Fazer o bem" não é uma métrica.

5.1. Diferença entre Output, Outcome e Impacto



POLÍTICAS ESG - SOCIAL

- **Output (Produto):** "Treinamos 50 jovens." (Dado operacional).
- **Outcome (Resultado):** "40 desses jovens conseguiram emprego em 6 meses." (Dado tático).
- **Impacto:** "A renda média das famílias desses jovens aumentou 30%, reduzindo a insegurança alimentar na comunidade." (Dado estratégico).

5.2. SROI (Social Return on Investment)

Metodologia que tenta monetizar o impacto social. Para cada R\$ 1,00 investido pela empresa, quanto valor social foi gerado para a comunidade?

- *Exemplo:* Um programa de saúde preventiva reduz custos do sistema público e diminui o absenteísmo na empresa.

5.3. Relatórios de Sustentabilidade

Os dados comunitários devem alimentar os relatórios GRI (Global Reporting Initiative) e SASB, demonstrando aos investidores que o risco social está mitigado e que a empresa gera valor tangível.

CAPÍTULO 6: DESAFIOS E ARMADILHAS COMUNS

6.1. Paternalismo e Dependência

O maior risco é a empresa substituir o Estado. Se a empresa assume todas as responsabilidades (coleta de lixo, saúde, segurança), a comunidade se torna dependente e o poder público se ausenta.

- **Solução:** Atuar sempre em parceria com o poder público, nunca em substituição total. O foco deve ser a *autonomia* da comunidade.

6.2. A Falta de Continuidade (Sustentabilidade do Projeto)

Projetos que morrem quando o orçamento da empresa é cortado.

- **Solução:** Desenhar projetos com "estratégia de saída" desde o dia um. Como esse projeto se sustentará sozinho em 3 anos?

6.3. Gestão de Expectativas

Prometer o que não pode cumprir gera frustração e raiva, piorando a relação. A comunicação deve ser transparente sobre os limites da atuação da empresa.

6.4. Gentrificação e Inflação Local



POLÍTICAS ESG - SOCIAL

Em grandes projetos de infraestrutura, a chegada da empresa pode encarecer o aluguel e o custo de vida, expulsando os moradores originais.

- **Solução:** Programas de habitação e monitoramento socioeconômico para mitigar impactos inflacionários.

CAPÍTULO 7: O PAPEL DO VOLUNTARIADO CORPORATIVO

O voluntariado é uma ferramenta poderosa de engajamento interno e conexão com a comunidade.

7.1. Voluntariado de Competências

Além de pintar paredes, incentivar que contadores da empresa ajudem ONGs com a gestão financeira, que advogados ajudem com a regularização fundiária, que profissionais de RH ajudem jovens a montar currículos.

7.2. Integração Cultural

O voluntariado quebra a barreira do "nós contra eles", humanizando a empresa aos olhos da comunidade e sensibilizando os funcionários sobre a realidade local.

CONCLUSÃO

O Desenvolvimento Comunitário na era ESG não é um departamento de "boas ações"; é uma área de inteligência de negócios.

Empresas que investem no desenvolvimento de seus territórios criam um "cinturão de prosperidade" ao seu redor. Isso resulta em fornecedores mais qualificados, colaboradores mais engajados, menor risco de conflitos e uma reputação de marca sólida. No longo prazo, empresas prósperas não existem em comunidades falidas. O sucesso do negócio deve ser, inequivocamente, o motor do sucesso da comunidade.